



ISOLADO: 4 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.808,43	0,00	10.808,43
Ajustes de exercícios anteriores 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.433,23	0,00	-12.433,23
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.624,80	0,00	-1.624,80





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo da Criança e do Adolescente CNPJ: 10.164.028/0001-18
Rua Domingos Braba, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo da Criança e do Adolescente concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 - LOA. Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Xisto Lourenço de Freitas Neto. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE nº 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa) e Ativo Não Circulante (imobilizado). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e



passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$18.729,41 (dezoito mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), diminuindo em R\$8.311,95 (oito mil trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$27.041,36 (vinte e sete mil e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 soma R\$18.729,41 (dezoito mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), diminuindo em R\$8.311,95 (oito mil trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos), em relação



ao exercício de 2022 que foi de R\$27.041,36 (vinte e sete mil e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$2.718,40 (dois mil setecentos e dezoito reais e quarenta centavos). No exercício de 2023 permaneceu com o mesmo montante de R\$ 2.718,40 (dois mil setecentos e dezoito reais e quarenta centavos) sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	3.398,00	3.398,00
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-679,60	-679,60
Total	2.718,40	2.718,40

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo da Criança e do Adolescente e Móveis (permanecendo com o mesmo valor em relação ao ano de 2022), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens móveis, registrado o valor global dos móveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2023 está acumulada em R\$ - 679,60 (seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e em 2022 permaneceu com o mesmo valor. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.



1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$ 23.072,61 (vinte e três mil e setenta e dois reais e sessenta e um centavos) e em relação a 2022 foi de R\$18.951,33 (dezoito mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$1.384,00 (hum mil trezentos e oitenta e quatro reais) , com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 3.556,00 (três mil quinhentos e cinquenta e seis reais) e Demais Obrigações a Curto Prazo na importância de R\$18.132,61 (dezoito mil cento e trinta e dois reais e sessenta e um centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 10.808,43 (dez mil oitocentos e oito reais e quarenta e três centavos) e em 2023 totalizou em R\$ - 1.624,80 (hum mil seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ -12.433,23 (doze mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e três centavos) de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.



1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.





NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO - DMPL

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi elaborado em conformidade com o Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e sua estrutura está de acordo com a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021.

Os registros contábeis utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações contábeis foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A DMPLM, demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido durante o exercício e os elementos que ocasionaram a mutação.

A DMPLM é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades. Contudo, em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, todas as entidades devem apresentar em suas prestações de contas o referido demonstrativo de maneira obrigatória.



Bases de mensuração utilizadas:

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Foi utilizado o custo histórico como única base de mensuração.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Os cancelamentos de restos a pagar são realizados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, não interferindo diretamente em contas do patrimônio líquido antes do fechamento do balanço.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício no PL.

A DMPL foi estruturada utilizando-se o grupo do 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).



Termos e Definições correlatas as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Social / Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.



Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas



de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:



Não houve pela aplicação das políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) SALDO INICIAIS:

Os saldos iniciais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$10.808,43 (dez mil oitocentos e oito reais e quarenta e três centavos).

Nota 2) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Os valores lançados a conta de ajustes de exercícios anteriores são relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar totalizando R\$0,00 (zero reais).

Nota 3) RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O resultado do exercício foi de R\$ - 12.433,23 (doze mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e três centavos) deficitário.

O detalhamento do resultado do exercício está no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Nota 4) SALDOS FINAIS:



Os saldos finais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$ -1.624,80 (hum mil seiscientos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

R PEDRO DOMINGOS BRAGA

46.168.650/0001-41

Exercício: 2023

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Página 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.521.567,47	0,00	3.521.567,47
Ajustes de exercícios anteriores 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-167,75	0,00	-167,75
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.446.200,52	0,00	-5.446.200,52
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.924.800,80	0,00	-1.924.800,80





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Educação **CNPJ: 46.168.650/0001-41**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Educação concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Anderson Eduardo da Silva. Cargo: Gestor. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa e Demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros



contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$691.881,08 (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e oitenta e um reais e oito centavos), diminuindo em R\$ 449.939,80 (quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$1.141.820,88 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 foi de R\$681.724,32 (seiscentos e oitenta e um mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), houve uma diminuição de R\$ 460.096,50 (quatrocentos e sessenta mil e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos) com relação a 2022 que foi de R\$ 1.141.820,88 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$576,26 (quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), aumentando em R\$ 576,26 (quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos) em relação a 2022 que foi R\$ 0,00 (zero reais).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 2.797.898,40 (dois milhões setecentos e noventa e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e no exercício de 2023 o valor de R\$6.293.977,33 (seis milhões duzentos e noventa e três mil novecentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos), sendo:



noventa e um mil seiscientos e trinta e nove reais e onze centavos) e Demais obrigações a curto prazo na importância de R\$739.869,09 (setecentos e trinta e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e nove centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 3.521.567,47 (três milhões quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) e em 2023 totalizou em R\$ - 1.924.800,88 (hum milhão novecentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais e oitenta centavos) (compõe o PL superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercício anteriores). Houve uma variação de R\$ -5.446.368,27 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO -

DMPL

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi elaborado em conformidade com o Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e sua estrutura está de acordo com a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) conforme Portaria STN nº 1.131/2021.

Os registros contábeis utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações contábeis foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A DMPLM, demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido durante o exercício e os elementos que ocasionaram a mutação.

A DMPLM é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades. Contudo, em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, todas as entidades devem apresentar em suas prestações de contas o referido demonstrativo de maneira obrigatória.

Bases de mensuração utilizadas:

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Foi utilizado o custo histórico como única base de mensuração.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.



Os cancelamentos de restos a pagar são realizados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, não interferindo diretamente em contas do patrimônio líquido antes do fechamento do balanço.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício no PL.

A DMPL foi estruturada utilizando-se o grupo do 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

Termos e Definições correlatas as Demonstração das Mutações do Patrimônio

Líquido:

Patrimônio Social / Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.



Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Ações / Cotas em Tesouraria



Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade

aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 110 de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 7 Demonstrações Contábeis Consolidadas e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve pela aplicação das políticas contábeis que impliquem em alterações significativas



na DMPL.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) SALDO INICIAIS:

Os saldos iniciais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$3.521.567,40 (três milhões quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Nota 2) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Os valores lançados a conta de ajustes de exercícios anteriores são relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar totalizando R\$-167,75 (cento e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Nota 3) RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O resultado do exercício foi de R\$ - 5.446.200,52 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e seis mil e duzentos reais e cinquenta e dois centavos) deficitário.

O detalhamento do resultado do exercício está no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Nota 4) SALDOS FINAIS:

Os saldos finais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$ - 1.924.800,80 (hum milhão novecentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais e oitenta centavos).

Outras informações relevantes:



Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.



ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.714.882,32	0,00	1.714.882,32
Ajustes de exercícios anteriores 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.656.925,03	0,00	-1.656.925,03
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	374.525,47	0,00	374.525,47
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432.482,76	0,00	432.482,76





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Assistência Social **CNPJ: 12.497.273/0001-72**

Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Assistência Social concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Ana Carla de Moura Freitas. Cargo: Gestora. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE nº 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa e Demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo). No quadro principal na coluna



Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$559.496,05 (quinhentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinco centavos), diminuindo em R\$ 1.470.985,09 (um milhão quatrocentos e setenta mil novecentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$2.030.481,14 (dois milhões e trinta mil quatrocentos e oitenta e um reais e quatorze centavos).

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa



A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023 foi de R\$558.817,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil oitocentos e dezessete reais), houve uma diminuição de R\$ 1.471.664,14 (hum milhão quatrocentos e setenta e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos) com relação a 2022 que foi de R\$ 2.030.481,14 (dois milhões e trinta mil quatrocentos e oitenta e um reais e quatorze centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$0,00 (zero reais), permanecendo com o mesmo valor com relação a 2022.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 304.379,11 (trezentos e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e onze centavos) e no exercício de 2023 o valor de R\$317.470,78 (trezentos e dezessete mil quatrocentos e setenta reais e setenta e oito centavos), sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	325.181,35	312.089,68
Bens Imóveis	12.367,29	12.367,29
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-20.077,86	-20.077,86
Total	317.470,78	304.379,11

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social nas contas Bens Móveis (obtido em 2023 um aumento de R\$ 13.091,67 treze mil e noventa e um reais e sessenta e sete centavos em relação ao exercício de 2022) e nas contas de Bens Imóveis (permanecendo em 2023 com o mesmo valor em relação ao exercício de 2022 de R\$12.367,29 doze mil trezentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens móveis, registrado o valor global dos móveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela



Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis e imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2023 está acumulada em R\$ - 20.077,86 (vinte mil e setenta e sete reais e oitenta e seis centavos) permanecendo com o mesmo valor de 2022. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$444.484,07 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$175.493,86 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar no valor de R\$42.137,43 (quarenta e dois mil cento e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$50.669,93 (cinquenta mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos), com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 253.939,88 (duzentos e cinquenta e três mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e Demais obrigações a curto prazo na importância de R\$97.736,83 (noventa e sete mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 1.714.882,32 (um milhão setecentos e quatorze mil oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos) e em 2023 totalizou em R\$ 432.482,76 (quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos)(compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$1.282.399,56 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO - DMPL

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi elaborado em conformidade com o Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e sua estrutura está de acordo com a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021.

Os registros contábeis utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações contábeis foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A DMPLM, demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido durante o exercício e os elementos que ocasionaram a mutação.

A DMPLM é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades. Contudo, em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, todas as entidades devem apresentar em suas prestações de contas o referido demonstrativo de maneira obrigatória.



Bases de mensuração utilizadas:

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Foi utilizado o custo histórico como única base de mensuração.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Os cancelamentos de restos a pagar são realizados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, não interferindo diretamente em contas do patrimônio líquido antes do fechamento do balanço.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício no PL.

A DMPL foi estruturada utilizando-se o grupo do 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).



Termos e Definições correlatas as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Social / Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.



Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas



de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:



Não houve pela aplicação das políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) SALDO INICIAIS:

Os saldos iniciais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$1.714.882,32 (hum milhão setecentos e quatorze mil oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Nota 2) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Os valores lançados a conta de ajustes de exercícios anteriores são relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar totalizando R\$ -1.656.925,03 (hum milhão seiscentos e cinquenta e seis mil novecentos e vinte e cinco reais e três centavos) .

Nota 3) RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O resultado do exercício foi de R\$ 374.525,47 (trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) superavitário.

O detalhamento do resultado do exercício está no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.



Nota 4) SALDOS FINAIS:

Os saldos finais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$432.482,76 (quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.



ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.471.928,06	0,00	7.471.928,06
Ajustes de exercícios anteriores 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	739,09	0,00	739,09
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	917.912,17	0,00	917.912,17
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.390.579,32	0,00	8.390.579,32





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Saúde CNPJ: **10.759.784/0001-90**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.788/2022 de 07 de Novembro de 2022 (LOA). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Gleisy Tavares de Araújo. Cargo: Gestora. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 438/2012 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, demais créditos e valores a curto prazo e outros créditos a receber e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo).



No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2023 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2023 soma R\$4.273.162,19 (quatro milhões duzentos e setenta e três mil cento e sessenta e dois reais e dezenove centavos), diminuindo em R\$ 1.910.049,98 (um milhão novecentos e dez mil e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$6.183.212,17 (seis milhões cento e oitenta e três mil duzentos e doze reais e dezessete centavos).



1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2023, R\$4.252.360,02 (quatro milhões duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e sessenta reais e dois centavos), houve uma diminuição com relação a 2022 de R\$ 1.930.852,15 (hum milhão novecentos e trinta mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos).

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2023 foi de R\$0,00 (zero reais), permanecendo com o mesmo valor com relação a 2022.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$6.354.239,08 (seis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil duzentos e trinta e nove reais e oito centavos). No exercício de 2023 chegou ao montante de R\$ 7.625.446,88 (sete milhões seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) sendo:

Descrição	2023	2022
Bens Móveis	6.935.937,42	5.523.484,31
Bens Imóveis	1.421.879,17	1.421.879,17
Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-732.369,71	-591.124,40
Total	7.625.446,88	6.354.239,08

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 1.412.453,11 (hum milhão quatrocentos e doze mil quatrocentos e cinquenta e três reais e onze centavos em relação ao ano de 2022) e Imóveis (permanecendo com o mesmo valor de 2022), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para



reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ - 591.124,40 (quinhentos e noventa e um mil cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos) e em 2023 o valor de R\$ -732.369,71 (setecentos e trinta e dois mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos). A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2023 o valor de R\$3.508.029,75 (três milhões quinhentos e oito mil e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$1.557.493,44 (hum milhão quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar no valor de R\$3.121,23 (três mil cento e vinte e um reais e vinte e três centavos), Encargos sociais a Pagar em 2023 no valor de R\$1.453.051,84 (hum milhão quatrocentos e cinquenta e três mil e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), com Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 1.791.701,64 (hum milhão setecentos e noventa e um mil setecentos e um reais e sessenta e quatro centavos) e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$260.155,04 (duzentos e sessenta mil cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2022 foi de R\$ 7.471.928,06 (sete milhões quatrocentos e setenta e um mil novecentos e vinte e oito reais e seis centavos) e em 2023 totalizou em R\$ 8.390.579,32 (oito milhões trezentos e noventa mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos)(compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 918.651,26(novecentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), de 2022 para 2023, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.5 Outras Informações relevantes:

1.5.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.5.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.5.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.5.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.5.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO - DMPL

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi elaborado em conformidade com o Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e sua estrutura está de acordo com a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021.

Os registros contábeis utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações contábeis foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A DMPLM, demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido durante o exercício e os elementos que ocasionaram a mutação.

A DMPLM é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades. Contudo, em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, todas as entidades devem apresentar em suas prestações de contas o referido demonstrativo de maneira obrigatória.



Bases de mensuração utilizadas:

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Foi utilizado o custo histórico como única base de mensuração.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Os cancelamentos de restos a pagar são realizados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, não interferindo diretamente em contas do patrimônio líquido antes do fechamento do balanço.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício no PL.

A DMPL foi estruturada utilizando-se o grupo do 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).



Termos e Definições correlatas as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Social / Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.



Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas



de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:



Não houve pela aplicação das políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) SALDO INICIAIS:

Os saldos iniciais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$7.471.928,06 (sete milhões quatrocentos e setenta e um mil novecentos e vinte e oito reais e seis centavos).

Nota 2) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Os valores lançados a conta de ajustes de exercícios anteriores são relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar totalizando R\$739,09 (setecentos e trinta e nove reais e nove centavos).

Nota 3) RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O resultado do exercício foi de R\$ 917.912,17 (novecentos e dezessete mil novecentos e doze reais e dezessete centavos) superavitário.

O detalhamento do resultado do exercício está no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Nota 4) SALDOS FINAIS:



Os saldos finais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$8.390.579,32 (oito milhões trezentos e noventa mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.